

Não crucifiquem a Polícia Militar

João de Deus

Com quase duas décadas de atuação na segurança pública, ajudando a garantir a paz e a tranquilidade dos cidadãos, combatendo o banditismo, sinto-me hoje em plenas condições de opinar no sentido de fazer uma proposta sobre a organização das instituições do Estado, cuja função é manter a ordem pública e a lei.

Por que uma polícia militar, se a segurança pública é uma função essencialmente civil? Por que tantas instituições policiais se, com vários comandos, dificulta-se a ação prática de fazer a segurança pública? Como agora acontece no caso do seqüestro da menina Cleucy.

Essas reflexões me levaram a perceber que esse modelo ana-

crônicos fortaleceu-se durante a ditadura militar com a tese da "segurança nacional". Preciso de uma explosão, em nível nacional, dos policiais militares de diversos estados para as autoridades acor-

darem e perceberem que o fim de uma era havia chegado. Preciso também que bandidos travestidos de policiais, formados em academias militares, praticassem crimes hediondos.

Até então, todas as manifestações e tentativas de falar sobre o assunto ou de expressar apoio à Proposta de Emenda Constitucional nº 46, do deputado federal Hélio Bicudo, foram consideradas fora da ordem, tendo gerado diversas punições e até expulsões, quando reivindicamos de público, a desmilitarização e a unificação das polícias.

Não podemos deixar que atos irresponsáveis cometidos por um número ínfimo de elementos que participam do efetivo Policial Militar do país exponham perante a opinião pública uma instituição que tem o dever de zelar pela segu-

rança do cidadão. Temos que lembrar da existência de um contingente de mais de 800 mil homens que trabalham diuturnamente em prol da sociedade, salvando vidas, fazendo partos, zelando pela integridade física e patrimonial do cidadão.

Também não podemos admitir que o Cardealato dos Oficiais da Polícia Militar, como agora acontece no Distrito Federal no caso do seqüestro da menina Cleucy, cometa tantas arbitrariedades e ilegalidades, chegando ao cúmulo do absurdo de sonegar informações importantíssimas para uma investigação que comprometia uma vida; para simplesmente "não expor um oficial de seu quadro",

como declarou o tenente coronel corregedor Belísio Mota ao Correio Braziliense.

A única solução para resolver de forma estrutural o problema da segurança pública é: desmilitarizar a PM e o corpo de bombeiros; unificar todas

Tenho que lembrar que há um contingente de 800 mil homens que trabalham salvando vidas, fazendo partos e zelando pelos bens do cidadão

as polícias que passariam a dispor de um segmento uniformizado para o policiamento ostensivo e outro não uniformizado para investigações; estabelecer um comando único; e acabar com a Inspetoria Geral das PMs e vincular e subordinar a instituição policial ao governador e a Polícia Federal ao Presidente da República.

Ao passar da condição de policial militar para simplesmente policial, esse servidor estaria sujeito, além do estatuto do servidor público, às regras da função policial. Todos os poderes e todos os homens públicos com mandato popular devem prestar rigorosa atenção às lições do momento e aproveitá-las para realizar as transformações que a sociedade precisa e requer.

■ João de Deus é deputado distrital pelo PDT